

**Atos Oficiais:**

**DECRETO Nº 7.544, DE 20 DE MARÇO DE 2025**

**Dispõe sobre prevenção, acolhimento do denunciante, registro da denúncia, conciliação, apuração e punição da prática de assédio moral, no âmbito da Administração Pública Municipal Direta e Indireta, e dá outras providências.**

**LUIZ GUSTAVO PINHEIRO VOLPI**, Prefeito do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires, no das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e

**CONSIDERANDO** a Lei Estadual nº 12.250, de 09 de fevereiro de 2006, que veda o assédio moral no âmbito da Administração Pública direta, indireta e fundações públicas;

**CONSIDERANDO** os dispositivos correlatos expressos na Lei Municipal nº 4.217 de 18/12/1998 - Estatuto dos Funcionários Públicos e do Magistério do Município de Ribeirão Pires;

**CONSIDERANDO** a Lei Municipal nº 4.816/2005 que dispõe sobre a aplicação de penalidades à prática de assédio moral nas dependências da administração pública municipal direta;

**DECRETA:**

**Art.1º** Este decreto dispõe sobre prevenção, acolhimento do denunciante, registro da denúncia, conciliação, apuração e punição da prática de assédio moral, no âmbito da administração pública Municipal direta e indireta, a luz da Lei Municipal nº 4.816/2005 e da Lei Municipal nº 4.217 de 18/12/1998, que dispõe sobre o Estatuto dos Funcionários Públicos e do Magistério do Município de Ribeirão Pires.

**Art.2º** Considera-se assédio moral a conduta de servidor público que tenha por objetivo ou efeito degradar as condições de trabalho de outro servidor público, atentar contra seus direitos ou sua dignidade, comprometer sua saúde física, mental ou seu desenvolvimento profissional.

**Parágrafo único.** Para os fins deste decreto, constituem situações que podem configurar a prática de assédio moral:

**I** – desqualificar, reiteradamente, por meio de palavras, gestos ou atitudes, a autoestima, a segurança ou a imagem de servidor público, valendo-se de posição hierárquica ou funcional superior, equivalente ou inferior;

**II** – desrespeitar limitação individual de servidor público, decorrente de doença física ou psíquica, atribuindo-lhe atividade incompatível com suas necessidades especiais;

**III** – preterir o servidor público, em quaisquer escolhas, em função de raça, sexo, gênero, nacionalidade, cor, idade, religião, posição social, preferência ou orientação política, sexual ou filosófica;

**IV** – atribuir, de modo frequente, ao servidor público, função incompatível com sua formação acadêmica ou técnica especializada ou que dependa de treinamento;

**V** – isolar ou incentivar o isolamento de servidor público, privando-o de informações e treinamentos necessários ao desenvolvimento de suas funções ou do convívio com seus colegas;

**VI** – manifestar-se jocosamente em detrimento da imagem de servidor público, submetendo-o a situação vexatória, ou fomentar boatos inidôneos e comentários maliciosos;

**VII** – subestimar, em público, as aptidões e competências de servidor público;

**VIII** – manifestar publicamente desdém ou desprezo por servidor público ou pelo produto de seu trabalho;

**IX** – relegar intencionalmente o servidor público ao ostracismo;

**X** – apresentar, como suas, ideias, propostas, projetos ou quaisquer trabalhos de outro servidor público;

**XI** – valer-se de cargo ou função comissionada para induzir ou persuadir servidor público a praticar ato ilegal ou deixar de praticar ato determinado em lei;

**XII** – quaisquer outras condutas que tenham por objetivo ou efeito degradar as condições de trabalho do servidor público, atentar contra seus direitos ou sua dignidade, comprometer sua saúde física ou mental ou seu desenvolvimento profissional.

**Art.3º** Considera-se assédio sexual a conduta de servidor público que tenha por objetivo ou efeito importunar ou constranger, em caráter libidinoso ou sexual, de forma não consentida, independentemente de o agente possuir, em relação à vítima, condição hierárquica superior ou ascendência inerentes ao exercício de emprego, cargo ou função.

**Parágrafo único.** Para os fins deste decreto, considera-se para a prática de assédio sexual:

**I** – situação de risco: toda ação que, em razão do gênero, exponha a um contexto de vulnerabilidade que possa torná-la vítima de violência;

**II** – violência contra a mulher: toda conduta que configure, nos termos deste decreto, violência física, moral, patrimonial, psicológica ou sexual, de forma presencial ou virtual;

**III** – violência física: qualquer conduta que ofenda a integridade física ou a saúde corporal da mulher;

**IV** – violência moral: qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria da mulher;

**V** – violência patrimonial: qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades;

**VI** – violência psicológica: qualquer conduta que cause danos emocionais à mulher e diminuição da autoestima ou lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento, ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, violação de sua intimidade, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou

qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação;

**VII – violência sexual:** qualquer conduta que constranja a mulher a presenciar, manter ou participar de qualquer forma de relação sexual não consentida.

**Art.4º** Para os fins do disposto neste decreto, considera-se:

**I – assédio vertical:**

**a)** descendente, aquele praticado pelo superior hierárquico contra o seu subordinado;

**b)** ascendente, aquele praticado pelo subordinado contra o seu superior hierárquico;

**II – assédio horizontal,** aquele praticado por servidores públicos que estão no mesmo nível hierárquico, inexistindo entre eles relações de subordinação;

**III – assédio misto,** aquele praticado contra uma mesma pessoa por mais de um servidor público, simultaneamente, nas modalidades vertical e horizontal.

**Art.5º** Para fins de prevenção à prática de assédio moral e/ou sexual, terão prioridade as seguintes ações, sem prejuízo de outras que venham a ser desenvolvidas nas unidades setoriais de recursos humanos:

**I –** promover treinamento para servidores públicos que atuam nas unidades setoriais de recursos humanos, com conteúdo que possibilite identificar as condutas caracterizadas como assédio moral;

**II –** promover o acolhimento dos reclamantes e prestar orientações ao reclamante e ao reclamado;

**III –** efetuar contínuo processo educacional de prevenção à prática de assédio moral e/ou sexual por meio da promoção de debates e palestras, produção de cartilhas e material gráfico informativo;

**Parágrafo único.** As ações a que se refere este artigo serão orientadas pelo órgão central de Recursos Humanos e pela Secretaria de Assistência Social.

**Art.6º** Sem prejuízo de outras disposições, o servidor público poderá informar à Ouvidoria Municipal, anonimamente ou não, sobre indícios de práticas em seu ambiente de trabalho que possam ser configurados como assédio moral e/ou sexual de acordo com o definido neste decreto.

**Parágrafo único.** A Ouvidoria Municipal encaminhará as informações de que trata o *caput* para o órgão central de Recursos Humanos, a qual deverá entrar em contato com o órgão em que ocorreu o caso, com o objetivo de que sejam aplicadas medidas da política de prevenção ao assédio moral e/ou sexual na unidade de trabalho de onde partiu a informação.

**Art.7º** O acolhimento do denunciante será realizado pelo órgão central de Recursos Humanos, pelo órgão de lotação ou de exercício do servidor público identificado como parte ofendida, ou pela Ouvidoria aos quais caberá:

**I –** realizar a escuta de modo a garantir a confidencialidade das informações apresentadas;

**II –** informar ao denunciante sobre noções gerais acerca da prática de assédio moral e/ou sexual e os respectivos procedimentos de prevenção e enfrentamento;

**III –** orientar a respeito dos elementos relevantes a serem registrados na manifestação.

**Parágrafo único.** O responsável pelo acolhimento não se pronunciará sobre a caracterização ou não de assédio moral e/ou sexual no caso concreto apresentado pelo denunciante, sem prejuízo da realização de ações de caráter gerencial.

**Art.8º** O procedimento para o registro da denúncia de assédio moral e/ou sexual será iniciado:

**I –** por provocação da parte ofendida ou, mediante sua autorização, por entidade sindical ou associação representativa da categoria dos servidores públicos envolvidos;

**II –** pela autoridade que tiver ciência ou notícia da prática de quaisquer condutas que possam configurar assédio moral e/ou sexual, conforme o disposto neste decreto;

**III –** por servidor público ou terceiro que tenha conhecimento de condutas que possam configurar a prática de assédio moral e/ou sexual em órgão ou entidade da administração pública, por meio de denúncia encaminhada a Ouvidoria Municipal através de e-mail institucional específico que será criado para este fim.

**§1º** Recebida a denúncia, a Autoridade ou a Ouvidoria fará contato com o denunciante para informar os procedimentos de tramitação da denúncia e, se necessário, solicitar informações complementares sobre o fato.

**§2º** A Autoridade que tomou conhecimento dos fatos ou a Ouvidoria fará análise prévia quanto à existência de elementos mínimos da irregularidade ou de indícios que permitam à administração pública identificar a plausibilidade da denúncia.

**§3º** Após a análise prévia, deverá ser notificado a autoridade responsável para apuração de infração disciplinar nos termos da Lei Municipal nº 4.217 de 18/12/1998 - Estatuto dos Funcionários Públicos e do Magistério do Município de Ribeirão Pires e da Lei Municipal nº 4.816/2005, que deverá garantir a confidencialidade das informações.

**§4º** Caso a denúncia seja apresentada por terceiro, realizar-se-á contato com o assediado para verificar seu interesse em dar continuidade ao processo e, em caso negativo, será considerada informação para subsidiar ações de prevenção.

**§5º** No caso impossibilidade de formação da Comissão nos moldes do artigo 4º, §3º da Lei Municipal nº 4.816/2005, a apuração dos fatos seguirá o procedimento previstos pela Lei Municipal nº 4217 de 18/12/1998 - Estatuto dos Funcionários Públicos e do Magistério do Município de Ribeirão Pires, conduzido pelas Comissões previstas em seu artigo 138.

**Art.9º** As condutas doutrinariamente classificadas como assédio sexual e discriminação enquadram-se, caso comprovadas, na prática da infração administrativa de “incontinência pública ou conduta escandalosa na repartição” (art. 108, inciso XIV, da Lei Municipal nº 4217 de 18/12/1998), puníveis pelas sanções previstas no artigo 1º da Lei Municipal nº 4.816/2005.

**Art.10** Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário e aplica-se aos procedimentos disciplinares em andamento.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Ribeirão Pires, em 20 de março de 2025 – 311º Ano da Fundação e 71º da Instalação do Município.

**LUIZ GUSTAVO PINHEIRO VOLPI**

**Prefeito**

**RANGEL FERREIRA**  
**Secretário de Assuntos Jurídicos**

**EDUARDO MONTEIRO PACHECO**  
**Secretário de Finanças e Administração**

Processo Administrativo nº 1435/2025 - PM.  
Publicado no órgão de imprensa oficial.

**DECRETO Nº 7.537, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2025**

**Dispõe sobre a regulamentação do Fundo Municipal de Saneamento Ambiental e de Infraestrutura – FMSAI, instituído pela Lei Municipal nº 7.087, de 10 de fevereiro de 2025, e dá outras providências.**

**LUIZ GUSTAVO PINHEIRO VOLPI**, Prefeito do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires, no das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

**DECRETA:**

**Art.1º** O Fundo Municipal de Saneamento Ambiental e Infraestrutura - FMSAI, instituído pela Lei Municipal n.º 7.087, de 10 de fevereiro de 2025, destinado a apoiar e suportar ações de saneamento básico e ambiental e de infraestrutura no Município, fica vinculado à Secretaria do Clima, Meio Ambiente e Habitação.

**Art.2º** Sem prejuízo das ações de saneamento básico e ambiental de responsabilidade da SABESP, os recursos do FMSAI deverão ser aplicados no custeio de obras e serviços relativos a:

- I - Intervenções em áreas de influência ou ocupadas predominantemente por população de baixa renda, visando à regularização urbanística e fundiária de assentamentos precários e de parcelamentos do solo irregulares;
- II - limpeza, despoluição e canalização de córregos;
- III - abertura ou melhoria do viário principal e secundário, vielas, escadarias e congêneres, em áreas de influência ou ocupadas predominantemente por população de baixa renda, visando à regularização urbanística e fundiária de assentamentos precários e de parcelamentos do solo irregulares;
- IV - provisão habitacional para atendimento de famílias em áreas de influência ou ocupadas predominantemente por população de baixa renda, visando à regularização urbanística e fundiária de assentamentos precários e de parcelamentos do solo irregulares;
- V - implantação de parques e de outras unidades de conservação necessárias à proteção das condições naturais e de produção de água no Município, de reservatórios para o amortecimento de picos de cheias, de áreas de esporte, de obras de paisagismo e de áreas de lazer;
- VI - drenagem, contenção de encostas e eliminação de riscos de deslizamentos;
- VII - desapropriação de áreas para implantação das ações de responsabilidade do FMSAI.

**Parágrafo Único.** Os recursos do FMSAI são vinculados exclusivamente ao atendimento das finalidades estabelecidas no *caput* e aos compromissos previstos no contrato de prestação de serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário firmado com a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP.

**Art.3º** O Fundo Municipal de Saneamento Ambiental e Infraestrutura é constituído de recursos provenientes de:

- I - repasses de recursos previstos no contrato de prestação de serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário firmado com a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP;
- II - dotações orçamentárias a ele especificamente destinadas;
- III - créditos adicionais a ele destinados;
- IV - rendimentos obtidos com a aplicação de seu próprio patrimônio;
- V - outras receitas eventuais.

**§1º** O FMSAI será inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ da Receita Federal do Brasil, sob a natureza jurídica de fundo público da administração municipal.

**§2º** Os recursos do FMSAI serão depositados em conta corrente específica, a ser aberta e mantida em instituição financeira oficial, devendo permanecer aplicados em instrumentos de renda fixa referenciados ao CDI até seu efetivo desembolso.

**§3º** O FMSAI terá contabilidade própria e deverá manter registro de todos os atos administrativos a ele pertinentes, nos termos da legislação aplicável.

**§4º** O saldo financeiro do Fundo será transferido para o exercício seguinte.

**Art.4º** Fica instituído o Conselho Gestor do Fundo Municipal de Saneamento Ambiental e Infraestrutura, composto pelos seguintes membros:

**I-** Secretário Municipal de Clima, Meio Ambiente e Habitação;

**II-** Secretário Municipal de Governo;

**III-** Secretário Municipal de Modernização e Projetos;

**IV-** Secretário Municipal de Finanças e Administração;

**V-** 1 (um) representante da sociedade civil, que seja membro do Conselho Municipal do Meio Ambiente ou do Conselho Municipal de Habitação, indicado pelo próprio Conselho.

**§1º** O Secretário Municipal de Clima, Meio Ambiente e Habitação será o Presidente do Conselho Gestor, cabendo a Vice- Presidência ao Secretário Municipal de Governo.

**§2º** O representante da sociedade civil deverá ser indicado pelo respectivo1 órgãos ou entidades ao Presidente do Conselho Gestor para um mandato de 02 (dois) anos, admitida a recondução.

**§3º** A participação no Conselho não será remunerada, sendo, porém, considerada de relevante interesse público.

**§4º** As decisões do Conselho serão tomadas com aprovação da maioria simples dos membros presentes, cabendo ao Presidente o voto de desempate, quando for o caso.

**§5º** O Conselho reunir-se-á ordinariamente a cada 06 (seis) meses e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo seu Presidente.

**§6º** O funcionamento das reuniões do Conselho será disciplinado pelo Regimento Interno, a ser aprovado por seus membros.

**Art.5º** Compete ao Conselho Gestor do Fundo Municipal de Saneamento Ambiental e Infraestrutura:

**I** - aprovar seu Regimento Interno, que disciplinará as reuniões do colegiado;

**II** - estabelecer normas, procedimentos e mecanismos de acompanhamento, gestão, fiscalização e controle do FMSAI;

**III** - decidir sobre a aplicação dos recursos do FMSAI, com observância das diretrizes e prioridades estabelecidas no Plano Municipal de Saneamento e no contrato de prestação de serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário firmado com a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP;

**IV** - dirimir eventuais dúvidas quanto à aplicação das diretrizes e normas relativas ao FMSAI nas matérias de sua competência;

**V** - dar total transparência a suas manifestações e deliberações, bem como sobre a origem e o destino dos recursos do FMSAI, em especial quanto aos contratos que vierem a ser celebrados e aos procedimentos licitatórios realizados, às pessoas físicas ou jurídicas beneficiárias dos pagamentos, e às obras e/ou serviços contratados;

**VI** - liberar ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira do FMSAI;

**VII** - aprovar anualmente as contas do FMSAI, remetendo tais informações aos órgãos de controle e à ARSESP.

**Parágrafo único.** Deverão ser publicados na imprensa oficial do município e na página da Prefeitura na Internet todos os atos administrativos, manifestações e deliberações do Conselho Gestor e demais informações relevantes do FMSAI estabelecidas no *caput*.

**Art.6º** Caberá à Secretaria Municipal do Clima, Meio Ambiente e Habitação executar as atividades operacionais, de assessoria, de coordenação e de secretaria do Fundo Municipal de Saneamento Ambiental e Infraestrutura e do Conselho Gestor, bem como:

**I** - executar as funções de apoio técnico, administrativo e de contabilidade;

**II** - manter registro, publicar e disponibilizar todas as informações pertinentes ao FMSAI, nos termos estabelecidos no Artigo 5º.

**Art.7º** Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Ribeirão Pires, em 24 de fevereiro de 2025 – 311º Ano da Fundação e 71º da Instalação do Município.

**LUIZ GUSTAVO PINHEIRO VOLPI**

**Prefeito**

**RANGEL FERREIRA**

**Secretário de Assuntos Jurídicos**

**TEMÍSTOCLES CARDOSO CRISTOFARO**

**Secretário de Clima, Meio Ambiente e Habitação**

Processo Administrativo nº 3731/2024- PM.

Publicado no órgão de imprensa oficial.

### **Comunicado**

Tornamos público para conhecimento dos interessados que com relação ao Pregão Eletrônico Nº 023/2025, que trata do registro de preços para futura e eventual fornecimento aquisição de material de educação preventiva em saúde, RESOLVE: acolhe como tempestiva a impugnação ao edital, para no mérito, INDEFERIR a referida impugnação interposta pela empresa: Boreal Edições, ficando REMARCADA a referida licitação, conforme segue: Período para cotação das 11:00 horas do dia 11/04/2025 às 13:30 do dia 16/04/2025. Período para lances: 16/04/2025 a partir das 14:30 horas. O edital com as devidas alterações, poderá ser obtido através do site: [www.ribeiraopires.sp.gov.br](http://www.ribeiraopires.sp.gov.br) ou [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br). Douglas Menezes Souza - Agente de Contratação.

### **PORTARIA Nº SSMD 024/03/2025 - CONCESSÃO DE MEDALHA DE MÉRITO PESSOAL EM 1º GRAU – (Lei nº 6.093/16).**

O Prefeito do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires no uso de suas atribuições contidas na Lei Orgânica do Município e:

Considerando o contido na Lei nº 6.093/16 (Estatuto da Guarda Civil Municipal) e o Código de Conduta, conforme o constante do Anexo III da presente Lei Municipal;

Considerando o contido no §2º do Art. 6º do Decreto nº 6.990/2020, concede ao GCM Classe Distinta Sandro Torres Amante, a contar de 19/03/2025, à condecoração da medalha de mérito pessoal em 1º grau, nos termos da síntese anexa, por ter atendido ocorrência de destaque na Guarda Civil Municipal da Estância Turística de Ribeirão Pires.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Processo Administrativo nº 3843/2023

Luiz Gustavo Pinheiro Volpi  
Prefeito

### **PORTARIA Nº SSMD 025/03/2025 - CONCESSÃO DE MEDALHA DE MÉRITO PESSOAL EM 3º GRAU – (Lei nº 6.093/16).**

O Secretário de Segurança Urbana, Mobilidade e Defesa Civil, no uso da atribuição que lhe confere o art. 6º, incisos I, II e XXIV, art. 52 e 53, da Lei Orgânica do Município e:

Considerando o contido na Lei nº 6.093/16 (Estatuto da Guarda Civil Municipal) e o Código de Conduta, conforme o constante do Anexo III da presente Lei Municipal;

Considerando o contido no inciso IV do Art. 5º do Decreto nº 6.990/2020, concede aos GCMs Classe Distinta e GCMs 1ª Classe, a contar de 19/03/2025, relacionados abaixo, à condecoração da medalha de mérito pessoal em 3º grau, nos termos da síntese anexa, por terem atendido ocorrências de destaque na Guarda Civil Municipal da Estância Turística de Ribeirão Pires.

GCM CLASSE DISTINTA FONTES  
GCM CLASSE DISTINTA DONIZETE  
GCM CLASSE DISTINTA VALTER  
GCM CLASSE DISTINTA TORRES  
GCM CLASSE DISTINTA FERREIRA  
GCM 1ª CLASSE CAMPANHÃ  
GCM 1ª CLASSE FILIPE  
GCM 1ª CLASSE PACHECO  
GCM 1ª CLASSE LOURENÇO  
GCM 1ª CLASSE CRISTIANO  
GCM 1ª CLASSE PICCIRILLO  
GCM 1ª CLASSE TIMÓTEO  
GCM 1ª CLASSE GONZAGA  
GCM 1ª CLASSE CLAUDIO  
GCM 1ª CLASSE SILVANA  
GCM 1ª CLASSE SIMÕES  
GCM 1ª CLASSE VALDOMIRO  
GCM 1ª CLASSE SOARES  
GCM 1ª CLASSE VIDAL  
GCM 1ª CLASSE FURLANI  
GCM 1ª CLASSE DA SILVA  
GCM 1ª CLASSE W. NOGUEIRA  
GCM 1ª CLASSE CARLOS GOMES

GCM 1ª CLASSE LUCIANO  
GCM 1ª CLASSE ELENA  
GCM 1ª CLASSE ABDALLAH

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.  
Processo Administrativo nº 3843/2023

Sandro Torres Amante  
Secretário de Segurança Urbana, Mobilidade e Defesa Civil

### **Convocação SESMT**

Convocamos os funcionários abaixo relacionados para comparecerem no dia 02/04/2025 às 08:00 horas no Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho – SESMT, localizado no Shopping Garden, sítio: Rua Felipe Sabbag, nº 200 – 3º andar – Sala 4 G – Centro - Ribeirão Pires, para avaliação médica

	Matrícula	Nome
1	8169	ALEXANDRE OLIVEIRA DOS SANTOS
2	9828	ANDREA MACHADO COSTA
3	11635	ANGELA APARECIDA SANTANA
4	11635	ANGELA APARECIDA SANTANA
5	4372	EDNA PEREIRA CULPO
6	12787	ELAINE APARECIDA FERRI DE FARIAS
7	11968	ELAINE DE OLIVEIRA VIANA
8	13608	ELIANE FERNANDES SANTANA DA SILVA
9	3536	ERIVALDO ALVES DA SILVA
10	13463	JESSICA MARIA DOS SANTOS CRUZ
11	14961	JHOCENI SANTOS ARCAS
12	8790.1	KARLA FERREIRA GONZAGA DE SOUZA VASTA
13	13221	LAUDICEA DOS SANTOS ADRIANO
14	11738	LENICE NAZARETH SALVIANO
15	13068	MADALENA MARIA MARTINS
16	8011	MARIA APARECIDA CRAVEIRO
17	11083	MARIA APARECIDA DOS SANTOS ALMEIDA
18	14714	MARY ANNY MONTEIRO DE ALMEIDA TAKAHASHI
19	13987	PRISCILA FERNANDES MOREIRA
20	817	ROSANA OSZTER DE CAMARGO
21	14623	SILMARA SANTANA PRUDENCIO

### **Convocação SESMT**

Convocamos os funcionários abaixo relacionados para comparecerem no dia 07/04/2025 às 08:00 horas no Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho – SESMT, localizado no Shopping Garden, sítio: Rua Felipe Sabbag, nº 200 – 3º andar – Sala 4 G – Centro - Ribeirão Pires, para avaliação médica

	Matrícula	Nome
1	8169	ALEXANDRE OLIVEIRA DOS SANTOS
2	9828	ANDREA MACHADO COSTA
3	11635	ANGELA APARECIDA SANTANA
4	4372	EDNA PEREIRA CULPO
5	12787	ELAINE APARECIDA FERRI DE FARIAS
6	11968	ELAINE DE OLIVEIRA VIANA
7	13608	ELIANE FERNANDES SANTANA DA SILVA

8	13302	ELTON FERREIRA DE OLIVEIRA
9	3536	ERIVALDO ALVES DA SILVA
10	11463	JESSICA MARIA DOS SANTOS CRUZ
11	14961	JHOCENI SANTOS ARCAS
12	8790	KARLA FERREIRA GONZAGA DE SOUZA VASTA
13	13221	LAUDICEA DOS SANTOS ADRIANO
14	11738	LENICE NAZARETH SALVIANO
15	6528	LUCIANA DOS SANTOS CARMO
16	9178	MARGARETH APARECIDA NOGUEIRA DE SOUSA
17	8011	MARIA APARECIDA CRAVEIRO
18	11083	MARIA APARECIDA DOS SANTOS ALMEIDA
19	14714	MARY ANNY MONTEIRO DE ALMEIDA TAKAHASHI
20	13987	PRISCILA FERNANDES MOREIRA
21	11406	RICARDO RAMOS DA SILVA
22	817	ROSANA OSZTER DE CAMARGO
23	14623	SILMARA SANTANA PRUDENCIO
24	7880	SILVIO AIRES DE LIMA

### **Convocação SESMT**

Convocamos os funcionários abaixo relacionados para comparecerem no dia 14/04/2025 às 08:00 horas no Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho – SESMT, localizado no Shopping Garden, sito: Rua Felipe Sabbag, nº 200 – 3º andar – Sala 4 G – Centro - Ribeirão Pires, para avaliação médica

	<b>Matrícula</b>	<b>Nome</b>
1	14064	ADRIANA DE CASTRO SILVA
2	11635	ANGELA APARECIDA SANTANA
3	13207	APOLONIA LIBERALINA DA SILVA
4	6705	CRISTINA DE LOURDES BONINI FROTA
5	11795	ELAINE PONTES DE SOUSA
6	11941	IVAN FERREIRA DA SILVA
7	11833	JESSICA DE MIRANDA DA COSTA
8	14961	JHOCENI SANTOS ARCAS
9	8790	KARLA FERREIRA GONZAGA DE SOUZA VASTA
10	13221	LAUDICEA DOS SANTOS ADRIANO
11	6528	LUCIANA DOS SANTOS CARMO
12	8277	MARIA AMORIM LEAL
13	5722	MAURICIO OLIVEIRA DA SILVA
14	10343	RENATA LUCIA DE PAIVA SANGIORATO